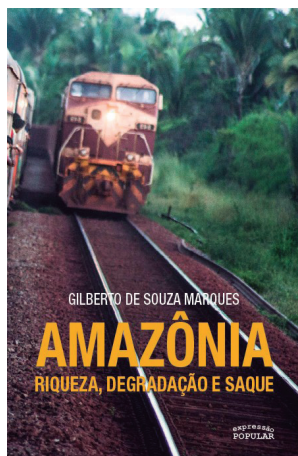


RESENHA

AMAZÔNIA SAQUEADA: ALERTA PARA A MANUTENÇÃO DO SAQUE COMO ORDEM DESENVOLVIMENTISTA

Rogério Almeida¹

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia:** riqueza, degradação e saque. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019. 296 p.



O campo hegemônico das ciências impõe a régua e o compasso para a aceitação ou não de novos iniciados, os “doutos”. Ainda mais quando o assunto é a Amazônia, um dos temas mobilizadores dos mais variados interesses em diferentes escalas, que envolve um caleidoscópio de sujeitos antagônicos articulados em redes, a disputarem a produção de sentidos e

¹ Professor do Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutorando do Dinter em Geografia Humana/ USP/Unifesp/UFOPA e IFPA. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: araguaia_tocantins@hotmail.com.

paradigmas sobre “modelos” de desenvolvimento para a região. Conjuntura interpretada/disputada por heterogêneas perspectivas metodológicas, epistêmicas, matrizes conceituais, e, por consequência de classes.

A opção por um texto fluido, ao invés dos cânones consagrados, talvez faça o campo hegemônico torcer o nariz à obra *Amazônia: riqueza, degradação e saque*, lançada em 2019 pela editora Expressão Popular/SP, assinada pelo economista nativo do Amapá, Gilberto Marques, professor da UFPA (Ciências Econômicas). Mas, soa ter sido esta a vereda/varadouro/trilha escolhida pelo autor.

Saliente-se que Marques não é nenhum neófito no assunto. Há tempos tem lavrado um conjunto de artigos sobre a *bileia*, em particular sobre desenvolvimento e suas engrenagens que têm ratificado a região a uma condição colonial de exportadora de produtos primários.

Neste conjunto chama atenção artigos sobre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que fez parte de um pacote de ações do governo da era Vargas, no sentido em dinamizar o desenvolvimento da região. O pacote de Vargas é considerado a primeira tentativa sistematizada de políticas desenvolvimentistas para a Amazônia.

Tem-se ainda no horizonte acadêmico do professor, a sua tese apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em 2007, onde reflete sobre a inclusão da Amazônia na reprodução do capital aos moldes brasileiros, marcada por uma forma tardia e subordinada.

No que tange ao livro ora lançado, assim como a verve do texto, o título externaliza o viés da obra, uma análise crítica sobre os processos econômicos, políticos e sociais que regem a região. Estes, marcados pela degradação, o saque e a violência. O prefácio escrito por Charles Trocate, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento pela Soberania na Mineração (MAM), e a apresentação, esta com as inquietações do também professor da UFPA, e igualmente economista, Aluizio Leal, nascido no interior amazônico, precisamente em Monte Alegre, Pará, endossam o *ethos* teórico e político do livro.

O ensaio alumia os diferentes contextos econômicos, políticos, sociais e culturais em que, ao longo dos séculos, tem consagrado à região um papel colonial no xadrez da geopolítica mundial. E, alerta para a necessidade da construção de um novo rumo, este, hegemônico pelos historicamente marginalizados.

Marques ancora a obra num farto alguidar de dados do campo da economia, indicadores socioeconômicos de desenvolvimento e renda, e de exportações de *commodities*, para avaliar o quão arcaica é a modernização conservadora imposta à região.

A crítica sobre a entrega das riquezas locais, marcada pela intermediação do Estado, não poupa os governos de Fernando Henrique Cardoso, responsável pela privatização/entrega da Vale e a criação da Lei Kandir, ou mesmo as experiências protagonizadas pelos governos petistas de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Marques, ao recuperar as diferentes experiências governamentais impostas à Amazônia, a exemplo de outros autores, concluiu pelo papel autoritário exercido pelo Estado – principal indutor da economia a favorecer grandes corporações do mercado nacional e mundial –, além de frações de classes.

Para o autor, os governos petistas promoveram o aprofundamento da economia nacional na base primária, além de favorecer o setor ruralista, grandes corporações de mineração e construtoras. Na mesma toada desenvolvimentista de governos pretéritos, os quais foi crítico, aderiu ao modelo baseado em Eixos de Desenvolvimento e Integração (EIDs), este organizado no projeto Iniciativa de Integração Regional de Infraestrutura Sul-americana (IIRSA).

Marques ao examinar a opção, realça que a mesma aprofunda a trilha do saque, desta feita, numa escala continental, ao contrário das experiências de polos de desenvolvimento experimentadas durante a ditadura civil militar (1964-1985), estas sob a inspiração dos postulados de Perroux e Rostow.

No levantamento do campo normativo reunido por Marques, os governos do PT implementaram medidas de anistia a grandes devedores ruralistas ou normatizaram a grilaram de terras na região, além de favorecer a apropriação de florestas. Sublinha ainda os favores articulados nas políticas de financiamento via o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde atesta a permanência do caráter autoritário e patrimonialista do Estado.

Obras de José de Souza Martins, Octávio Ianni, Edna Castro, Mauro Marini, Marx, David Harvey servem de amparo teórico, onde é possível constatar que a chancela do capitalismo nos dias atuais, etiquetado como globalização ou mundialização – conforme o referencial teórico adotado –, promove nas regiões de periferia do capital a acumulação primitiva (Marx) ou a acumulação por espoliação (Harvey), onde o caso amazônico emerge como um emblema. O autor também lança mão ainda dos pressupostos da teoria da dependência em suas análises, em particular, a partir dos postulados de Mauro Marini.

A conjuntura de dependência fica patente quando se nota o controle da terra e das riquezas que ela é tributária nas mãos de grandes corporações do capital mundial, entre elas mineradoras do quilate da Vale, Alcoa, Imerys, Albrás/Alunorte, Belo Sun, e do setor do agronegócio, onde é possível ressaltar a Cargil, a Bunge e a Dreyfus, e o grupo nacional Amaggi. E, ainda, de bônus, as peripécias, com base em informações privilegiadas, do especulador Eike Batista, do setor de mineração.

Casos de apropriação do Estado para a efetivação da reprodução econômica, política e social de uma fração de classe são ressaltados a partir das experiências do paulista Augusto Trajano de Azevedo Antunes, da empresa Icomi, que explorou manganês em solo do Amapá.

No mesmo perímetro, na fronteira com o estado do Pará, na região do Jari, entre os muitos sujeitos que se apropriaram de terras, promoveram a destruição das riquezas naturais, cimentaram a violência contra as populações nativas com a anuência e financiamento público, despontam

Daniel Ludwig (1960) e o Grupo Orsa (dias atuais), para não citar a experiência de Ford durante o governo Vargas.

Todas as experiências se desenvolveram região do Baixo Amazonas paraense, onde se deseja a consagração da região como um corredor de exportação de *commodities*, grãos por excelência produzidos no Brasil Central. No pacote de obras de infraestrutura da política denominada de Arco Norte, consta modal de transportes (rodovia, hidrovia e ferrovia), complexos portuários, estações de transbordo de cargas e inúmeras unidades hidroelétricas de variados portes.

O autor constata que os modelos de desenvolvimento ainda hoje impostos, fomentam o desmatamento, a concentração de terra e renda nas mãos de poucos, e socializa todo tipo de estragos promovidos pelos grandes projetos marcados pela concentração de capital. Nesta perspectiva, o professor realça a violência estrutural com base nas inúmeras execuções de dirigentes camponeses, indígenas, quilombolas e dezenas chacinas de sem-terra. Via de regra, crimes marcados pelo manto da impunidade, naturalização e do silêncio.

Em todos os períodos e fases do processo de integração subordinada da região aos principais centros econômicos, a violência se constitui como um elemento estruturante. A começar pela expropriação das populações ancestrais, passando pelo trabalho compulsório, a coerção privada e pública, o genocídio de indígenas, e os sistemáticos assassinatos das mais diferentes lideranças do campo popular, chacinas, massacres e a criminalização dos movimentos sociais.

Solo, subsolo, riquezas hídricas e florestais, e a pobreza da população que cresce na mesma proporção do saque são ressaltados em várias passagens. Sobre a exploração de minério de ferro, destaca que “O saque se acelera e tão feroz que tornou Parauapebas o município com maior valor nas exportações brasileiras, somando U\$\$ 10 bilhões em 2013, bem à frente do segundo colocado, São Paulo, que totalizou U\$\$ 8,6 bilhões de divisas. O PIB de Parauapebas supera os de Belém, Amapá, Tocantins, Roraima e Acre”.

Noutro extremo, após três décadas do Programa Grande Carajás – hoje oxigenado com a inauguração do projeto de ferro da cidade de Canaã dos Carajás, o S11D –, os indicadores sociais tabulados por Marques indicam que na década de 2000, na região Norte, quase metade da população vivia na linha da pobreza, onde 10 milhões viviam com até meio salário mínimo. No Pará estimava-se que metade da população vivesse com uma renda mensal de até R\$100,00.

Com vistas a ressaltar a concentração da riqueza e o aprofundamento da pobreza, o professor sublinha que “[...] pelos números divulgados em 2013, com dados de 2010, o estado paraense estava na nada confortável antepenúltima colocação do *ranking* nacional (25º lugar) em desenvolvimento humano, empatado com o Piauí e somente à frente de Alagoas e Maranhão (que integra a Amazônia Legal).”

Por fim, cumpre registrar a pegada na linha da decolonialidade, quando o autor invoca mitos amazônicos no preâmbulo de algumas seções do livro, a exemplo da Matinta Pereira e do Curupira. No caso do primeiro, Marques usa da alegoria da guardiã da floresta, para tratar do esquecimento do mito no seio da população mais jovem, por conta da aceleração do desmatamento, e da migração da população rural/ribeirinha para o espaço urbano.

Ao tratar do Curupira, faz um paralelo sobre os pés da entidade mítica, e o discurso sobre desenvolvimento experimentado na Amazônia. Assim como o Curupira busca driblar seu adversário, por meio dos pés invertidos, os processos de desenvolvimento têm “enganado/encantado” boa parte da população local.

Grifes da indústria cultural, a exemplo do personagem Indiana Jones e da atriz Marilyn Moore, também são mobilizados como recursos didáticos na análise sobre a condição colonial da Amazônia na geopolítica nacional e mundial. Situação que tende a se agravar com o presente governo brasileiro, que ameaça de forma contundente a reprodução econômica, política, social e cultura das populações ancestrais.

Referências

CASTRO, E. Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, p. 45-61, jan./abr. 2012.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e Desenvolvimento na Amazônia**: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. 2007, 316 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, Gilberto de Souza. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). **Rev. Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 34, p. 163-198, fev. 2013.

Texto submetido em 04.04.2021.

Aceito para publicação em 05.06.2021.

